

Questão Social: particularidades no Brasil, de Josiane Soares Santos

MICHELLY FERREIRA MONTEIRO ELIAS¹

O livro visa contribuir com o debate sobre a questão social no âmbito da formação e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Há uma abordagem dos pressupostos teóricos e históricos acerca da questão social, tendo como referência os fundamentos marxianos. A autora referencia-se em importantes autores contemporâneos do Serviço Social para conceber a questão social enquanto expressões das desigualdades sociais que são intrínsecas à sociedade capitalista. Resgata o determinante da “lei geral de acumulação capitalista” para situar que a questão social em sua gênese, só pode ser explicada a partir do movimento de acumulação e reprodução do capital, sendo que sua constituição é marcada pela emergência do pauperismo e dos processos sócio-políticos de luta e organização da classe trabalhadora durante a terceira



1 Assistente social, mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

década do século XIX nos países centrais do capitalismo. Historicamente, esse período de consolidação da existência da relação capital x trabalho foi marcado pelas lutas revolucionárias de 1848 que explicitaram o antagonismo entre as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista.

A autora avança em sua análise, considerando o capitalismo enquanto um modo de produção e reprodução das relações sociais, em que a economia e as demais dimensões da vida social se constituem em uma totalidade. Argumenta que a existência histórico-concreta dos modos de produção ocorre no âmbito das diferentes formações sociais existentes, que expressam as particularidades da existência universal do modo de produção capitalista. Por isso, busca em sua análise, a mediação entre as categorias “modo de produção” e “formação social” para analisar as relações sociais e as manifestações da “questão social” no âmbito da formação do capitalismo brasileiro.

O início da formação social brasileira tem como marco a instauração do Brasil colônia perdurada entre 1500 e 1822 sob o domínio da Coroa portuguesa. A colonização é definida por três principais fases: a de instalação do Governo Geral em 1549, marcada por uma política de ocupação do território; posteriormente, o período de predominância na mineração durante o século XVIII e, em seguida, o período de crise deste modelo colonial, determinada principalmente pelas necessidades de expansão da produção capitalista da época. Esta lógica colonial teve como principais características a existência de uma economia sustentada nas grandes propriedades rurais, de uma agricultura predatória e desigual, além do extermínio da população indígena e a construção de uma prática política respaldada na associação dos interesses públicos com os privados.

O desenvolvimento do período monárquico, entre 1822 e 1889, teve como principais características a expansão da cafeicultura sob o molde agroexportador e a utilização da mão de obra negra escrava até 1850. A necessidade de expansão da força de trabalho assalariada, aliada

à questão de ampliação da economia para outros setores, no sentido de garantir expansão e acumulação de capital, a efervescência das lutas e resistência negra no país e a pressão internacional exercida pela Inglaterra, do ponto de vista político e econômico, levaram à abolição da escravatura em 1888 e à Proclamação da República em 1889.

Com a constituição do capitalismo no Brasil através da introdução do trabalho assalariado, a autora concebe que a partir desse período se conformou no país três momentos principais. Primeiramente se constitui uma fase de predominância da economia agroexportadora durante a República Velha (1889-1930), marcada pelo início da superexploração da força de trabalho assalariada e por diversos conflitos enquanto expressões da “questão social” nos centros urbanos, tratadas pelo Estado com extrema repressão e criminalização. Posteriormente, a fase da industrialização restringida, iniciada durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945) e que se estendeu até 1955, caracterizada pela continuidade da valorização da produção agroexportadora, associada ao desenvolvimento da indústria nacional, sustentada em bases técnicas ainda limitadas e em uma política cambial que valorizava a substituição de importações. A atuação do Estado nesse período no âmbito da “questão social” se modificou, associando os mecanismos de repressão, cooptação e de regulamentação de direitos trabalhistas e sociais. Entre 1956 e 1961, se configurou a fase da industrialização pesada, período de consolidação do capitalismo brasileiro em que a burguesia hegemônica seu poder político através do Estado, e o modelo econômico se caracteriza pela integração da economia nacional à divisão internacional do trabalho, combinando o avanço industrial com a dependência em relação ao capital internacional.

Após esse período, ocorre no país uma intensificação de disputas políticas influenciadas por um acirrado contexto internacional de bipolarização entre os projetos comunista e capitalista. Este fato, associado à defesa do então presidente João Goulart às reformas de base, levou à constituição de uma base de sustentação formada por setores da bur-

guesia e das classes médias em favor da realização do Golpe Militar, que se manteve como regime político de 1964 a 1985. Neste período, se destacou a repressão e criminalização das lutas sociais e dos diversos segmentos de esquerda; o aumento da burocracia estatal como uma estratégia de dominação de classe através do Estado; crescimento das desigualdades sociais e regionais; aprofundamento do poder econômico de grupos monopólicos e financeiros, atrelados de forma dependente ao capital internacional.

Enquanto particularidades da formação do capitalismo brasileiro, a autora destaca o caráter conservador do seu processo de modernização, baseado em uma lógica de desenvolvimento que não rompeu com diversas condições de atraso; em que a permanência do latifúndio, o papel de país agroexportador, exportador de matérias-primas, o poder político exercido pelas oligarquias rurais e o caráter autárquico da burguesia brasileira, se tornaram expressões significativas desta realidade.

Outra particularidade foi a permanente exclusão das classes trabalhadoras dos processos políticos decisórios no país, demonstrando a ação dos setores burgueses e do Estado de se anteciparem e conduzirem os processos de mudanças, sem provocar alterações estruturantes no modelo econômico, no padrão de acumulação e na lógica do poder político. Nesse sentido, a existência de uma frágil e débil experiência democrática do Estado republicano brasileiro é um importante exemplo.

É destacado também o papel central do Estado no âmbito da formação do capitalismo brasileiro, que se estabeleceu como o principal agente econômico e político desse processo, papel que no liberalismo clássico coube à burguesia. Com isso, a utilização do espaço público para viabilizar os interesses privados das frações burguesas, atreladas de forma subalterna ao capital internacional, se tornou uma das principais características da realidade política brasileira.

Diante desses aspectos que permeiam as particularidades da constituição da “questão social” na formação social brasileira, a autora

analisa as características que envolvem o mercado e o regime de trabalho a partir da fase denominada de industrialização pesada. Resgata os elementos sobre a formação da classe trabalhadora brasileira, caracterizada historicamente pela condição de superexploração, pela ausência de garantia de direitos, pela cultura da subserviência e do autoritarismo por parte do Estado e da burguesia, os quais ocasionaram diversas dificuldades à organização sindical autônoma.

Desde este período, principalmente a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, se explicita enquanto marca da relação capital x trabalho no país, a predominância de um contexto antidemocrático; a segmentação entre trabalho rural e urbano, formal e informal; o aprofundamento das desigualdades sociais; a contínua desvalorização salarial; a fragilidade e focalidade das políticas de proteção social e das leis trabalhistas, sob uma lógica de “cidadania regulada”. Nesse sentido, a autora aponta que desde esse período, a flexibilidade e a precariedade se tornaram características estruturantes do regime de trabalho no país, as quais foram aprofundadas durante o período do “fordismo à brasileira”.

Diante disso, a autora analisa o desemprego enquanto uma característica estrutural da constituição da “questão social” brasileira, uma vez que o regime de trabalho no país se caracterizou historicamente pela precariedade, instabilidade, excesso de força de trabalho disponível para o capital, assim como, pela sua segmentação e desvalorização salarial.

Com a reestruturação produtiva do capital a partir de 1970, se alterou em nível internacional a organização dos processos de trabalho e a forma de regulação estatal, visando preservar a acumulação do capital em detrimento dos direitos e conquistas da classe trabalhadora.

A realidade brasileira, marcada historicamente por um regime de trabalho flexível, precário e instável, que se aprofundou desde

1964, sofreu um agravamento dessas condições durante o período de 1980 e 1990.

Com a crise do padrão desenvolvimentista na década de 1980, o Estado redimensiona seu papel na economia, deixando de ser sua principal força propulsora. As principais consequências disso foram o aumento da instabilidade nos empregos, diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e aumento no terciário, queda da média salarial. No âmbito das lutas sociais, este é um período de avanço na organização e lutas do movimento sindical, que se caracterizou pela articulação entre as lutas econômicas e políticas.

A partir dos anos de 1990, com a predominância da ideologia neoliberal, nos marcos da reestruturação produtiva, a realidade brasileira se caracteriza pela existência do desemprego de forma massiva, atingindo diferentes segmentos de classe; predominância de empregos informais, com regimes instáveis e alta rotatividade; contínua diminuição da remuneração salarial; descenso da luta e organização sindical; expansão de medidas assistenciais em detrimento das políticas de proteção social. Nesse sentido, é enfatizado que esse processo intensifica e expande a flexibilidade e a precariedade, enquanto características estruturais do mercado de trabalho do Brasil.

Com esta análise do desemprego como expressão da “questão social”, é apontado que na essência esses traços permanecem na contemporaneidade, principalmente devido à continuidade da política econômica durante os Governos do PT. Além disso, é afirmado com base em dados atuais, que os empregos gerados estão em sua maioria no setor de serviços, não adquiriram ganho salarial real e não alteraram o quadro de rotatividade e precariedade.

É destacado pela autora que desde a década de 1990 o discurso da modernidade tão promulgado pela ideologia neoliberal, tem sido na verdade, uma estratégia que atualiza os traços históricos de atraso do regime de trabalho brasileiro.

A fecundidade da análise desenvolvida neste livro demonstra a importância de se construir mediações que situam e desvelam as expressões da múltipla e complexa “questão social” diante das particularidades das formações sociais no modo de produção capitalista. Além disso, expressa o rigor do método marxiano na análise do real, contribuindo para a identificação de alguns dos principais desafios que a classe trabalhadora vem se deparando historicamente no contexto da relação capital x trabalho no Brasil.